

Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação é aprovado por unanimidade

O Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB Brasil), principal instrumento da Política Nacional de Combate à Desertificação, foi aprovado nesta semana pela comissão coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). A decisão foi tomada pela unanimidade dos integrantes presentes na reunião, no auditório do Prevfogo, no Ibama. Eles representam órgãos e entidades não governamentais de várias partes do País. Com medidas previstas para os próximos 20 anos (2025-2045), o Plano pretende articular estratégias e ações para combater a desertificação, neutralizar a degradação da terra e mitigar efeitos da seca, com reflexo na redução das vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas das regiões mais afetadas do Brasil, em especial a caatinga e o cerrado. O plano está estruturado em cinco eixos temáticos: governança e fortalecimento institucional; pesquisa, inovação e gestão da informação; melhoria das condições de vida da população afetada; gestão sustentável para a neutralização da degradação da terra; e adaptação às mudanças climáticas e mitigação dos efeitos da seca. Cada eixo contém um conjunto de objetivos e cada objetivo uma série de ações, com responsáveis pela execução, potenciais parceiros e metas de curto (2027), médio (2035) e longo prazo (2045), além de

indicadores de monitoramento. O plano foi elaborado com base na primeira versão, produzida 20 anos atrás, em 2004. Vários dados climáticos e a matriz contendo as ações foram atualizados. O PAB reúne, ao todo, 38 objetivos e 182 ações, que devem ser realizadas, de forma transversal, por 18 ministérios em parceria com os governos subnacionais, universidades, institutos de pesquisa, organizações não governamentais, iniciativa privada e demais entidades da sociedade civil. “O plano oferece um norte no sentido de organizar as ações de combate à desertificação no Brasil, dando ainda as condições para o acompanhamento e monitoramento dessas ações”, afirmou o diretor do Departamento de Combate à Desertificação da SNPCT/ MMA, Alexandre Pires, ao acrescentar que o PAB Brasil está fundamentado nas boas práticas de governança e em dados técnicos e científicos de alta confiabilidade. A nova versão foi elaborada ao longo de 2024 num processo que contou com seminários em todos os estados do semiárido e pelo menos um em cada uma das demais regiões do país, além de consulta pública na Plataforma Participa+Brasil, do Governo do Brasil. Ao todo, foram ouvidas mais de 1.200 pessoas entre representantes da sociedade civil, pesquisadores, iniciativa privada e membros de órgãos governamentais. (FONTE: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

José Reinaldo

O ex-governador José Reinaldo Tavares escreve às terças-feiras para o Jornal Pequeno



Alianças entre países é fundamental para enfrentar aquecimento global

O impacto das reuniões da COP no aquecimento global tem sido caracterizado por um retumbante fracasso. Elas estabelecem limites e prometem fundos financeiros que nunca são disponibilizados e, assim, nada do que fica decidido nessas reuniões globais consegue deter o aquecimento crescente. Reuniões existem desde 1960, mas sem a concordância global e recursos, a tendência é o fracasso. Buscar concordância global para um assunto complexo como esse é quase uma utopia. O nível dos mares está subindo, a desertificação avança na Costa Oeste dos EUA, Sul da Europa, Norte da África, Sul da Ásia, Austrália, com implicações catastróficas para a alimentação, saúde humana, produção de alimentos, migração humana, a ponto de criar uma enorme preocupação de que comida e água poderão ocasionar guerras inevitáveis. O derretimento do gelo polar mudará radicalmente as correntes oceânicas, o que já está em andamento. A Tundra Ártica está descongelando rapidamente, formando lagos poligonais, com liberação catastrófica de CO2 entre 50-250 GT, lançadas ao ar até 2.100. Só para comparar, as emissões de CO2 atuais são de 38 GT ao ano. Muitos países como Chipre, Líbano, Bharain, Qatar, Emirados Árabes Unidos, entre vários outros, têm um risco de estresse hídrico, até 2050, de 80%, extremamente alto. Um estresse térmico afeta humanos, animais, plantas, acelera a perda de biodiversidades, trazendo um clima imprevisível, volátil e riscos não seguráveis. Ou seja, pode resultar em fome, agitação social, aumento da migração humana, inundações costeiras e erosão, aumento do nível do mar,

com cidades costeiras parcialmente submersas, um desastre econômico global. O que pode ser feito? Esperar por um consenso global não é solução, mas pequenos grupos de países com objetivos comuns, necessidades urgentes, ambições e recursos podem formar alianças onde se apoiariam, mutuamente, na solução dos problemas. Em um momento de tensão geopolítica, isso é um desafio, mas possível. Nós da SEDEPE já estamos sendo procurados para deflagrar um novo cenário, que envolveria todo o país, com nossa presença indispensável em todo o processo. O ambiente de cordialidade política, uma marca do governo Brandão, poderá unir a classe política maranhense em torno da maior oportunidade de desenvolvimento socioeconômico de que já tivemos em um projeto que, a meu ver, tornam indispensáveis os aconselhamentos do presidente José Sarney e o uso de sua enorme influência e experiência política. Liderança global - O Brasil, nesta aliança, poderia se tornar um exportador líder de energia verde e o principal exportador de alimentos, duas das maiores carências globais decorrentes do aquecimento, e, com isso, teria garantidas transferências de tecnologias avançadas e financiamento para seu desenvolvimento. Pelo seu tamanho, será um parceiro cobiçado para alianças. Cabe a nós escolher a melhor possível, o que já estamos fazendo, pois esses parceiros também precisam ajudar a suprir nossas carências em tecnologias e recursos para investimentos. O Maranhão, pela excelência dos seus portos e por estar ligado a todo o sistema

“
O Brasil poderia se tornar um exportador líder de energia verde e o principal exportador de alimentos, duas das maiores carências globais decorrentes do aquecimento, e, com isso, teria garantidas transferências de tecnologias avançadas e financiamento para seu desenvolvimento”

ferroviário brasileiro e sul-americano, por estar na zona equatorial e não ser muito quente, por ter ventos constantes, terrenos baratos, água doce abundante, ter ZPE, fazer parte importante do agronegócio, torna-se parte essencial da aliança proposta, indispensável mesmo. E, caberá a nós, por intermédio do governador Carlos Brandão, levar essa proposta para o Presidente da República, logo que os outros países da aliança confirmarem as parcerias, o que necessariamente terá que envolver entres do Governo Federal nessa discussão prévia ao acordo com os outros países. Essa aliança, além de tudo, vai dar grande e indispensável contribuição para descarbonizar o mundo, tirando do ar centenas de milhões de quilos de dióxido de carbono, contribuindo efetivamente para o desaquecimento global. É um grande desafio, mas é possível dar certo.

“Déficits gêmeos” voltam a preocupar e expõem fragilidade fiscal do Brasil

A pouco mais de um ano das eleições de 2026, o Brasil enfrenta novamente desequilíbrios macroeconômicos com déficits gêmeos - fiscal e externo - em níveis elevados, lembrando o cenário que antecedeu a crise no segundo mandato de Dilma Rousseff. O déficit nominal do setor público chegou a 7,12% do PIB em julho e pode alcançar 8,5% ao incluir União, estados e municípios, sendo quase todo composto por juros, reflexo da Selic em

15% ao ano. A dívida pública bruta já soma 77,5% do PIB, em alta consistente diante da ausência de superávits primários, o que agrava a fragilidade fiscal. No setor externo, o déficit em conta corrente saltou de 1,4% para 3,5% do PIB em um ano, pressionado pela perda de fôlego da balança comercial e pelas remessas de lucros e dividendos, embora ainda financiado pelo investimento estrangeiro direto. Analistas veem paralelos com

a era Dilma, mas destacam diferenças. Samuel Pessôa, do Ibre-FGV, ressalta que a Selic não está represada e os preços administrados não são controlados, mas avalia que, com a produção de petróleo, “o Brasil não deveria ter esse déficit”. Para Arminio Fraga, a combinação de déficits pressiona os juros e afasta o investimento privado: “A economia está mais aquecida do que o normal, a inflação demora a ceder e o juro é o sintoma mais grave do

paciente”. A baixa taxa de investimento, em torno de 17% do PIB, também preocupa. Marcus Pestana, da Instituição Fiscal Independente (IFI), considera a questão fiscal o “calcanhar de Aquiles”, enquanto Livio Ribeiro, da BRÇG, alerta para a falta de enfrentamento do problema. Para ele, há risco de novas medidas expansionistas às vésperas de 2026, repetindo erros que podem comprometer credibilidade e estabilidade econômica.

UemaSul inaugura agenda de novos programas de pós-graduação e amplia vagas na região Tocantina

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UemaSul) realizou, na manhã da última terça-feira (9), a cerimônia oficial de aula magna dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, reunindo autoridades acadêmicas, representantes institucionais, docentes, discentes e convidados no auditório do campus Imperatriz. O evento marcou o início das atividades letivas de 2025 para os programas de pós-graduação em Ciências Ambientais, Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar e Processos e Tecnologias Educacionais, aprovados em 2024. A aula inaugural representou um marco importante para a consolidação da pós-graduação na região Tocantina do Maranhão, reforçando o compromisso da universidade com a formação qualificada e a produção científica de excelência. O destaque da manhã foi a palestra “Desafios da Pós-Graduação Brasileira”, proferida pelo Diretor de Avaliação da CAPES, o físico e pesquisador Prof. Dr. Antônio Gomes de Souza Filho, referência nacional na área de nanociência e nanotecnologia. O professor falou sobre os desafios atuais da pós-graduação no Brasil e as oportunidades para o fortalecimento dos programas fora dos grandes centros urbanos. “Ao longo do tempo, a pós-graduação tem se expandido e isso é fundamental para mudar a geografia e as gerações de conhecimento, além de ampliar a formação de mestres e doutores em todas as regiões do país, principalmente naquelas que ainda padecem de assimetrias”, comentou o professor. A UemaSul busca contribuir de forma estratégica para a formação de profissionais qualificados e o desenvolvimento científico do estado. O pró-reitor Allison Bezerra Oliveira, à frente da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação desde 2022, explicou como foi o processo para conseguir esse marco de aprovar e implementar três novos mestrados em tão pouco tempo. “Foram quatro anos de muito trabalho, de reformulação e de criação de uma universidade com uma estrutura que pudesse promover e ampliar a pesquisa, seja para os estudantes, seja para os professores, e que culminou na criação desses programas de pós-graduação”, relatou. Além de representar uma superação das assimetrias científicas, a criação dos programas de pós-graduação na região facilita o acesso de pessoas que desejam se especializar, mas que não têm condições de se deslocar para outras localidades, contribuindo assim para a democratização do ensino superior e para o fortalecimento do desenvolvimento regional. O mestrando em Ciências Ambientais, Pablo Henrique Silva, explicou a importância dessa oportunidade. “Esperei por esse momento de ingressar nesse mestrado tão perto de casa, porque eu, como filho de Açailândia, não tive outras oportunidades de sair para mais longe, então é um sonho que se cumpre”, disse. O presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), Nordman Wall, falou sobre a relevância da criação dos cursos para a universidade. “Com toda certeza, a partir desses novos programas de pós-graduação, nós vamos ter uma Uemasul mais forte, consolidada em pesquisa e inovação para o nosso estado”, destacou. Com a implantação dos novos programas, serão abertas 45 vagas anuais para cursos de pós-graduação stricto sensu. Somadas às vagas já ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, a Uemasul passará a disponibilizar um total de 65 vagas por ano. Os programas têm duração mínima de 18 meses e máxima de 24, o que significa que, em 2026, o número de mestres titulados anualmente pela universidade poderá subir de 20 para 65 em 2027.